

13 SET 1983

As mudanças na política econômica

Economia - Brasil

Após a nomeação do novo presidente do Banco Central, a convocação de uma reunião do Conselho Monetário Nacional para quarta-feira próxima deu ensejo a comentários em torno da decretação de uma nova série de medidas de cunho econômico. A nosso ver, tal expectativa carece de fundamento e não há razões para crer que o governo fará, nas próximas semanas, notáveis modificações em sua política econômica. Ao contrário, pensamos que o governo cuidará, sobretudo, de manter a coerência de sua política e de atter-se aos compromissos firmados com o Fundo Monetário International.

A convocação do Conselho Monetário Nacional representa um simples gesto de deferência para com esse órgão, que nestes últimos meses foi alijado das decisões da política econômica e somente por telefone foi chamado a manifestar-se sobre as medidas decretadas pelo governo. Por outro lado, não há dúvida de que, no momento, a questão mais importante concerne aos compromissos que o governo brasileiro assumirá com o FMI nos termos da "carta de intenção" que lhe permitirá

obter o endosso do organismo internacional e a liberação da segunda e da terceira parcelas do empréstimo, bem como da segunda parcela do "jumbo", graças às quais poderá reduzir sensivelmente seus atrasos de pagamentos externos.

A nova "carta de intenção" acarreta modificações no orçamento monetário e na programação cambial deste ano, que haviam sido aprovados pelo CMN no ano passado. É natural, pois, que esse órgão seja chamado a discutir as novas previsões. O governo terá, porém, a difícil tarefa de convencer os membros do Conselho de que as metas acertadas com o FMI podem ser atingidas e deverão permitir melhorar a situação econômica do País nos próximos meses. O governo não espera conseguir inteiro e incondicional apoio dos membros do Conselho, mas pretende apenas justificar sua política econômica.

É claro que as metas concertadas com o FMI só poderão ser atingidas se o governo lançar mão dos meios adequados. Não há, entretanto, motivos para supor que, por isso, a política econômica irá sofrer modifi-

cicações importantes nas próximas semanas. Aliás, seria muito difícil o governo conceber agora um novo "pacote" digno de crédito. A idéia que norteia a "carta de intenção" a ser submetida ao Conselho Monetário Nacional é simples: somente a drástica redução do déficit do setor público deve provocar o declínio da taxa de inflação e, com isto, criar condições para a recuperação econômica, que exige a queda das taxas de juros e a retomada dos investimentos, especialmente os do setor privado.

É preciso, em primeiro lugar, dissipar o clima de angústia originado da situação cambial. Para isso, porém, é necessário que os bancos estrangeiros se manifestem a respeito de um empréstimo complementar para este ano e do montante dos empréstimos para 1984. Mas a decisão dos bancos não virá antes do assentimento a ser dado pelo FMI, do qual depende também a aprovação, pelo Clube de Paris, da renegociação da dívida oficial com o Brasil. É provável que, logo após ser aprovada pelo CMN, a "carta de intenção" seja enviada ao FMI, e o ministro da

Fazenda e o presidente do Banco Central possam, ao voltar dos Estados Unidos, conhecer melhor a disposição dos credores estrangeiros em relação ao Brasil. A única coisa a recear é que o governo se sinta tranquilo após a liberação de novos recursos antes mesmo de saber como evoluirão as taxas de juros no mercado internacional e se voltará a obter os financiamentos adequados ao comércio externo.

Só depois de ser resolvida a questão externa — o que poderá ocorrer em breve embora a liberação dos recursos do FMI possa tardar — o governo irá concentrar-se na questão da redução do déficit do setor público, que exigirá novas medidas. O controle da dívida interna — com a indicação clara de um responsável, que poderá ser pessoa física ou uma comissão — terá prioridade, para que se possa obter uma redução natural das taxas de juros internas através de menor pressão dos títulos do governo federal. Se forem tomadas novas medidas, não serão certamente nas próximas semanas. Por ora, o governo cuida apenas de instituir verdadeira austeridade no setor público.